



Crise Política na RDC - As eleições presidenciais na República Democrática do Congo Democrático (RDC) deveriam ter lugar até ao fim do presente ano, porém os atrasos com a sua preparação, nomeadamente o recenseamento eleitoral, faz com que só seja possível realizá-las em 2017. [Pag 2](#)

Guiné Bissau Procura Governo de Unidade - Após a mediação dos Presidentes da Guiné-Conacri e da Serra Leoa, enviados da Comunidade Económica de Estados da África Ocidental (CEDEAO), foi assinado um princípio de acordo político entre todas as forças políticas guineenses, representadas na Assembleia Nacional, para a formação de um novo Governo. [Pag 3/4](#)

CASA-CE em Congresso - O segundo maior partido da oposição angolana, a Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE), realizou o seu II Congresso, em setembro, com o intuito de eleger o seu Presidente e preparar o partido para as eleições de 2017 que irão decorrer em Angola. [Pag 4](#)

Eleições Autárquicas em Cabo Verde - O partido no poder em Cabo Verde, o Movimento para a Democracia (MpD), venceu, de forma categórica, as eleições autárquicas do passado dia 4 de setembro, conquistando 18 das 22 câmaras municipais do país, reforçando, com mais cinco câmaras, o número de municípios cabo-verdianos que passa a controlar. [Pag 4/5](#)

Crise no Gabão - As eleições presidenciais no Gabão de agosto, deram a vitória com 49,8% dos votos, ao atual Presidente Ali Bongo. No entanto, o segundo classificado, Jean Ping, que oficialmente obteve 48,23% dos votos, contestou os resultados, afirmando possuir dados que lhe davam a vitória nestas eleições logo à primeira volta. Ambas as candidaturas acusaram a outra de terem procedido a fraudes em determinadas regiões do país que teriam alterado os resultados finais. [Pag 5/6](#)

Portugal e São Tomé e Príncipe assinam Acordo de Cooperação - Portugal e São Tomé e Príncipe assinaram o Programa Estratégico de Cooperação (PEC) para o período 2016-2020, o qual terá um envelope financeiro indicativo de 57,5 milhões de euros. Este documento engloba as ações de cooperação que Portugal pretende vir a desenvolver com São Tomé e Príncipe nas mais variadas áreas. [Pag 7](#)

TICAD VI - A sexta conferência do Tokyo International Conference on African Development (TICAD VI) teve lugar a 27 e 28 de agosto em Nairobi, no Quênia. Esta foi a primeira vez que este evento ocorreu fora do Japão. É intenção dos seus organizadores que, no futuro, este evento se realize, alternadamente, no Japão e em África, com vista a garantir um ainda maior envolvimento africano. [Pag 8](#)

Nigéria Entra em Recessão - Quando o Presidente Muhammdu Buhari subiu ao poder em 2015, substituindo o desgastado Presidente Goodluck Jonathan, a esperança era enorme. Esperava-se que conseguisse controlar a ameaça terrorista do Boko Haram e dos movimentos independentistas e também que revitalizasse a economia do país, marcada por inúmeros casos de corrupção e de desvio de fundos. [Pag 9](#)

Plano de Combate ao Crime Transnacional na África Ocidental - Durante a 71ª Assembleia Geral das Nações Unidas foi apresentado, em conjunto pelo Escritório das Nações Unidas sobre as Drogas e o Crime (UNODC) e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), o plano de ação 2016-2020 para o futuro da África Ocidental, cujo objetivo central é o de combater o tráfico e abuso de drogas e o crime organizado. [Pag 10](#)

Eleições Presidenciais em Cabo Verde - Realizaram-se a 2 de outubro eleições presidenciais em Cabo Verde. Na corrida estavam três candidatos: o atual Presidente Jorge Carlos Fonseca que se apresentou como independente, mas com o apoio do MpD; Albertino Graça o atual reitor da Universidade do Mindelo que concorreu como independente, mas que tinha apoios no seio do PAICV e Joaquim Jaime Monteiro que já tinha concorrido nas eleições presidenciais de 2011. [Pag 10](#)

Escalada de Tensão no Sudão do Sul - Apesar dos esforços internacionais para encontrar uma solução para o conflito do Sudão do Sul, a violência entre os principais grupos étnicos do país e os desentendimentos políticos não permitem a pacificação nacional. [Pag 11](#)

Relatório Mo Ibrahim 2016 - Foi apresentado, pela Fundação Mo Ibrahim, em Londres a 3 de outubro, os resultados do Índice Ibrahim de Governança Africana relativos ao ano passado, sendo que a principal conclusão diz respeito ao registo de uma deterioração das condições de segurança nos países africanos. [Pag 11/12](#)



Crise Política na RDC

■ Luís Castelo Branco

As eleições presidenciais na República Democrática do Congo Democrático (RDC) deveriam ter lugar até ao fim do presente ano, porém os atrasos com a sua preparação, nomeadamente o recenseamento eleitoral, faz com que só seja possível realizá-las em 2017.

Oficialmente, o mandato do Presidente Joseph Kabila terminará a 20 de dezembro. Nos termos da Constituição, Kabilá já não pode concorrer a um terceiro mandato. O calendário eleitoral inicial previa a eleição de um novo chefe de Estado a 27 de novembro. Mas a data não pode ser cumprida, segundo a Comissão Eleitoral, porque só a agora se começou a rever o processo de recenseamento, sendo necessários 16 meses para concluir o processo.

Como nada foi ainda preparado para estas eleições, a Comissão Eleitoral da RDC já avisou que serão precisos vários meses, devido à extensão do país e às fracas infraestruturas, para preparar o ato eleitoral. Apesar dos obstáculos técnicos evidentes à realização do escrutínio, a verdade é que a oposição viu nesta decisão da Comissão Eleitoral um claro favorecimento às pretensões de Kabilá, ou seja, de adiamento do processo, o que lhe permitirá manter-se no poder.

Esta situação está a provocar uma onda de grande contestação, que se traduziu em confrontos, nomeadamente em Kinshasa, entre apoiantes e opositores do Presidente Kabilá.

Com vista a ultrapassar este impasse, foi criada uma comissão, com apoio da União Africana, que reúne representantes do governo, da oposição e da sociedade civil, com a tarefa de encontrar uma solução para esta situação. No entanto, a 12 de setembro, a oposição congoleza abandonou as negociações, que pretendiam evitar uma crise política, depois de considerarem estar num beco sem saída e de não haver real vontade por parte do governo de encontrar uma saída para esta situação.

Vários dos principais líderes da oposição, nomeadamente Vital Kamerhe, Etienne Tshisekedi, Jean-Pierre Bemba e Moise Katumbi, criticaram o Presidente por, na prática, estar a impedir a realização das eleições.

Joseph Kabilá já exerceu dois mandatos presidenciais, o limite imposto pela Constituição, mas há quem tema que, à semelhança do que tem acontecido em outros países africanos, o Presidente se es- teja a preparar para ou mudar a Constituição ou criar um ambiente

de grande instabilidade que impeça a realização de novas eleições e, conseqüentemente, lhe permita manter-se no poder.

A coligação no poder "Maioria do Presidente" pretende realizar as eleições presidenciais depois das eleições locais, o que para a oposição é visto como mais uma tentativa de estender o mandato do Presidente Kabilá.

Na oposição, vários partidos uniram-se à União para a Democracia e o Progresso Social (UDPS) que tem como figura central Étienne Tshisekedi. Com uma longa carreira política, que começou como Ministro do Interior de Mobutu Sese Seko nos anos 60, Tshisekedi passou de apoiante do regime a opositor o que lhe valeu ser preso em diversas ocasiões.

A situação na RDC está a preocupar não só os seus vizinhos, como toda a Comunidade Internacional. A ONU teme que o país caminhe para mais um conflito em larga escala. Tantos os EUA como a França ponderam possibilidade de aplicar sanções ao regime de Kinshasa se a situação não for resolvida.





Guiné Bissau procura Governo de Unidade

Após a mediação dos Presidentes da Guiné-Conacri, Alpha Condé, e da Serra Leoa, Ernest Koroma, enviados da Comunidade Económica de Estados da África Ocidental (CEDEAO), foi assinado, em setembro, um princípio de acordo político, entre todas as forças políticas guineenses, representadas na Assembleia Nacional, para a formação de um novo Governo. A questão central, que divide a classe política guineense, é saber quem vai liderar esse Governo.

Apesar do país ter assistido a um vitória eleitoral, por maioria absoluta do PAIGC, liderado por Domingos Simões Pereira, e de ter eleito um Presidente, José Mário Vaz, também oriundo deste partido, a verdade é que não foi possível conseguir a necessária estabilidade para promover o desenvolvimento do país.

Os choques entre o Presidente e o governo liderado por Simões Pereira terminaram com a demissão deste último. Esta instabilidade impediu que o país recolhesse os apoios prometidos na Conferência Internacional de Doadores que se realizou em março de 2015 em Bruxelas.

Com uma situação de grande indefinição e crescente antagonismo entre os principais atores políticos guineenses, as promessas de apoio internacional desvaneceram-se devido à ameaça de uma nova onda de instabilidade no país.

Com a demissão de Simões Pereira, o PAIGC apresentou o veterano Carlos Correia para o cargo de Primeiro-ministro. No entanto, a convivência deste novo governo com o Presidente também não foi pacífica, acabando também por cair.

Face a esta situação, o Presidente nomeou como Primeiro-Ministro Baciro Djá, antigo Ministro de Simões Pereira e que liderou a saída de 15 deputados do PAIGC da órbita da bancada do seu partido e a criação de uma aliança com o segundo partido mais votado, o Partido Renovador Social (PRS).

A criação deste governo não pacificou a sociedade guineense, com o PAIGC a contestar abertamente esta opção. Foi neste cenário de nova crise política que os Estados Membros da CEDEAO enviaram uma missão a Bissau para tentar mediar as partes em confronto.

O acordo alcançado, que permitirá criar um governo de unidade nacional, parece ser um passo na direção certa. No entanto, surge a

questão de quem irá liderar o novo governo, com o PAIGC a chamar a si essa responsabilidade como partido mais votado nas últimas eleições legislativas.

Há também algumas outras questões que não estão claras neste acordo e que são essenciais para garantir a estabilidade política do país. Uma delas diz respeito aos 15 deputados dissidentes do PAIGC que foram substituídos pelo partido na Assembleia Nacional e o seu eventual regresso.

Apesar dos principais atores guineenses terem assinado o acordo que deveria pôr fim à instabilidade, a verdade é que a sua operacionalização não tem sido fácil.

O acordo prevê a formação de um Governo inclusivo até 2018, altura em que se deverão realizar novas eleições legislativas, o qual deverá assumir a implementação das reformas da Constituição, da Lei Eleitoral, bem como o Programa de Reforma nos Setores da Defesa e Segurança, Justiça e Administração Pública, e é precisamente na implementação destes pontos que as divergências surgem e paralisam o acordado.

Face a esta situação de impasse, os mediadores da CEDEAO convidaram, a 10 de outubro, os principais intervenientes na crise guineense para se deslocarem à Guiné Conacri com vista a quebrar este bloqueio.

Do lado guineense deslocaram-se a Conacri elementos do PAIGC, do PRS, do grupo dos quinze deputados dissidentes do PAIGC, o Presidente da Assembleia Nacional Popular, líderes religiosos e organizações da sociedade civil. O Presidente da Guiné-Conacri, Alpha Condé, será o mediador da mesa que poderá decidir o futuro político guineense.

Mesmo esta deslocação a Conacri não foi pacífica no seio dos guineenses. Para o Secretário-geral do PRS, Florentino Mendes Pereira, o facto dos atores políticos guineenses serem forçados a deslocarem-se ao exterior para resolver os seus problemas era algo que inferiorizava a Guiné Bissau.

Para os apoiantes do PAIGC, a ida a Conacri deveria resultar na demissão do governo de Baciro Djá e a nomeação de um outro liderado por uma figura indicada pelo partido.



Vários foram os nomes que foram sendo avançados para liderar o novo executivo. Entre eles, Paulo Gomes, ex-candidato presidencial, Aristides Gomes antigo Primeiro-Ministro, o antigo Subsecretário Geral da ONU Carlos Lopes ou o ex-MNE da Guiné Artur Silva.

Encima da mesa está também uma outra proposta oriunda da ONU que passaria pela nomeação para a liderança do novo governo de uma figura independente guienense a residir no exterior, que poderia ser algum dos nomes anteriormente referidos, coadjuvado por um alto funcionário da ONU. Esta solução, embora pudesse contar, à partida, com o forte apoio e empenho da ONU, poderia ser vista como um controlo externo sobre o país.

CASA-CE Em Congresso

O segundo maior partido da oposição angolana, a Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE), realizou o seu II Congresso, em setembro, com o intuito de eleger o seu Presidente e preparar o partido para as eleições de 2017 que irão decorrer em Angola.

À liderança da coligação concorreram o atual Presidente, Abel Chivukuvuku, Carlos Pinho e João Kalupeteka. Tendo partido para este processo como claro favorito, Abel Chivukuvuku venceu com uma ampla maioria, mais de 91% dos votos dos delegados presentes no Congresso. Nestas eleições foram eleitos, como Vice-Presidentes da Coligação, André Mendes de Carvalho "Miau", Lindo Bernardo Tito, Manuel Fernandes, Alexandre Sebastião André, William Tonet e Cesinanda Xavier.

A CASA-CE foi fundada em 2012, como uma dissidência da UNITA, sendo que o próprio Abel Chivukuvuku foi um membro destacado do movimento do Galo Negro que trabalhou, muito de perto, com o Jonas Savimbi. Muitos dos membros iniciais da CASA - CE saíram das fileiras da UNITA. A razão para esta dissidência foi o descontentamento com o rumo que a UNITA estava a seguir sob a liderança de Isaías Samakuva.

Nas eleições de 2012, a CASA - CE conquistou, oito dos 220 lugares no Parlamento angolano. A Coligação espera obter, nas eleições gerais de 2017, mais deputados, de maneira a torna-la essencial para qualquer solução governativa no país.

Uma outra decisão tomada neste congresso foi a decisão de transformar a CASA - CE de coligação em partido político. A decisão não foi, no entanto, pacífica. A oposição a esta mudança foi liderada por Alexandre Sebastião André, um dos vice-presidentes de Abel Chivukuvuku e líder do PADDA - Aliança Patriótica, partido integrante da atual coligação.

Apesar de a maioria dos congressistas ter votado a favor da transformação da CASA-CE em partido, o líder do PADDA, prefere que os vários movimentos integrantes da Coligação mantenham a sua identidade, e a consequente pluralidade de tendências, em vez de serem todos absorvidos num só partido.

Eleições autárquicas em Cabo Verde

O partido no poder em Cabo Verde, o Movimento para a Democracia (MpD), venceu, de forma categórica, as eleições autárquicas do passado dia 4 de setembro, conquistando 18 das 22 câmaras municipais do país, reforçando, com mais cinco câmaras, o número de municípios cabo-verdianos que passa a controlar.

O PAICV conquistou apenas duas câmaras: Santa Cruz, na ilha de Santiago e Mosteiros, na ilha do Fogo.

Face a estes resultados, Janira Hopffer Almada, a líder do PAICV, o maior partido da oposição cabo-verdiana, colocou o seu lugar à disposição após reconhecer a derrota. Esta derrota seguiu-se ao de saire nas eleições legislativas de março de 2016, a qual não evitou a maioria absoluta do MpD.



Crise no Gabão

As outras duas autarquias que escaparam ao MpD foram a da Boa Vista e a de Ribeira Brava, na ilha de São Nicolau, ambas ganhas por dissidentes do MpD, José Luís Santos na Boavista e Pedro Morais na Ribeira Brava.

A vitória de José Luís Santos, com uma ampla maioria, foi, sem dúvida, a grande surpresa destas eleições. Depois de mais de 30 anos como militante do MpD, José Luís Santos abandonou o partido.

A razão para esta dissidência deveu-se à escolha do candidato do MpD para a câmara da Boa Vista. Em 2012, o MpD levou a cabo uma série de sondagens para ver qual seria o seu candidato mais bem colocado para vencer as eleições. Nessa ocasião, José Luís Santos ficou em primeiro lugar, mas não foi escolhido pelo partido para ser o candidato, nessa ocasião, aceitou a decisão da direção do MpD.

Em 2016 o MpD voltou a fazer novas sondagens e, novamente, José Luís Santos apareceu em primeiro lugar à frente do até agora Presidente da Câmara da Boa Vista José Pinto Almeida. Desta vez decidiu não aceitar a decisão do partido e avançou como independente à frente do movimento BASTA. Nas eleições de 4 de setembro venceu com 57,5% dos votos. Em segundo lugar, com 36,5%, ficou José Pinto Almeida, candidato oficial do MpD e que tentava o quinto mandato. Henrique Cruz, do PAICV, ficou-se pelos 10,3%.

Com cerca de 15 mil habitantes, a Boa Vista é a terceira maior ilha das dez que compõem o arquipélago cabo-verdiano, e é a segunda em número de camas disponíveis para turistas, ficando apenas atrás da Ilha do Sal.

A União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID) não conseguiu o seu objetivo, que era conquistar a câmara de São Vicente.



As eleições presidenciais no Gabão, realizadas a 27 de agosto, deram a vitória com 49,8% dos votos, ao atual Presidente Ali Bongo. No entanto, o segundo classificado, Jean Ping, que oficialmente obteve 48,23% dos votos, contestou os resultados, afirmando possuir dados que lhe davam a vitória nestas eleições logo à primeira volta. Ambas as candidaturas acusaram a outra de terem procedido a fraudes em determinadas regiões do país que teriam alterado os resultados finais.

O Gabão tem cerca de dois milhões de habitantes e é rico em petróleo. A queda das receitas petrolíferas explica, em parte, algum descontentamento da população em relação ao regime de Ali Bongo, uma vez que passou a haver menor capacidade do governo para distribuir benefícios e cativar apoios.

Ali Bongo Ondimba é filho do antigo Presidente Omar Bongo, que governou o Gabão entre 1967 e 2009, era o claro favorito para ser reeleito na primeira volta das eleições presidenciais, mas sua vitória foi muito mais apertada que o esperado. Em 2009 a sua vitória nas eleições presidenciais também foi muito contestada, tendo-se registado graves distúrbios em várias zonas do país, especialmente em Port Gentil.

Bongo foi construindo a sua carreira política à sombra da imagem do seu pai. Ocupou vários cargos dentro do Partido Democrático do Gabão (PDG) e diversos lugares no governo, nomeadamente o de Ministro da Defesa. Após a morte do seu pai em 2009, Ali Bongo foi escolhido como candidato presidencial do PDG para as eleições desse ano.

Jean Ping nasceu em Ombué, cidade da lagoa Fernand Vaz, que fica situada a sul de Porto-Gentil. O seu pai era de origem chinesa e a sua mãe era gabonesa. Depois de estudar em França, esteve durante alguns anos a trabalhar para a UNESCO. Quando regressou ao país, iniciou uma carreira política muito associada à família Bongo, tendo, inclusivamente, casado com a filha mais velha do Presidente Omar Bongo.

Ping foi várias vezes ministro de Omar Bongo, nomeadamente nas pastas das Telecomunicações, Energia e Negócios Estrangeiros.

Em 2008 foi eleito Presidente da Comissão da União Africana, cargo que desempenhou até 2012, depois de não ter conseguido os apoios



necessários para a sua recondução no cargo, tendo sido substituído pela sul-africana Dlamini Zuma.

Na contestação aos resultados eleitorais, Ping contou com o apoio da UE, dos EUA e da França. Perante as acusações de fraude, os apoiantes de Ping exigiram a recontagem dos votos.

No entanto, do lado dos países africanos poucas foram as vozes que se manifestaram a favor de Ping. A própria União Africana não se mostrou favorável a uma recontagem dos votos pelo precedente que tal situação levantaria. Nos últimos anos têm havido diversas eleições em África em que os resultados foram contestados pelos perdedores. A UA temia que ao apoiar uma eventual recontagem, estivesse a criar um problema para o futuro.

Face à onda de confrontos, as forças de segurança foram obrigadas a intervir para controlar a onda de violência que se registou nas principais cidades do país. No entanto, os apoiantes de Ping afirmaram que as forças de segurança não foram objetivas na sua atuação e favoreceram os apoiantes de Ali Bongo.

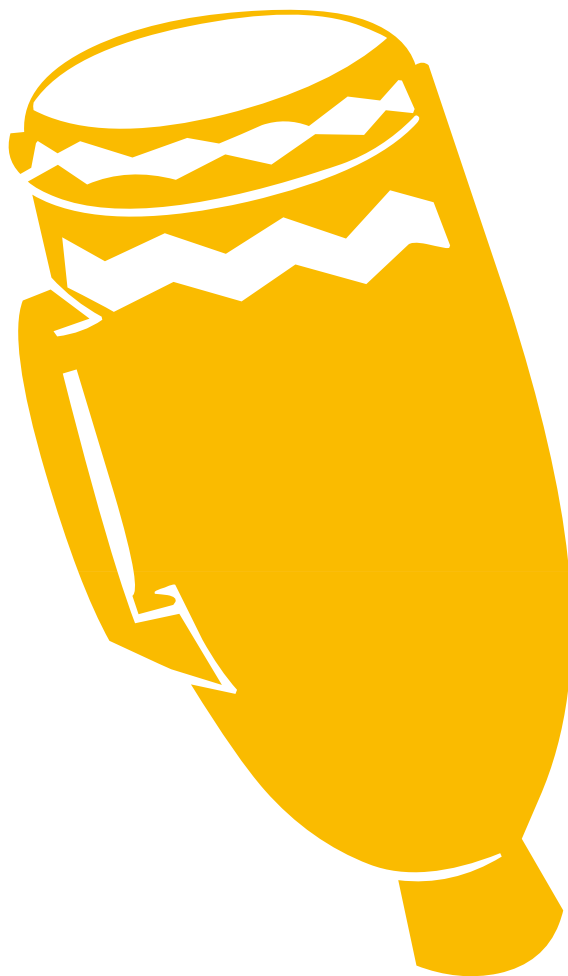
A polícia acabou por invadir a sede de Jean Ping, após ter sido anunciada a vitória renhida do Presidente Ali Bongo. Ping, que não estava na sede de campanha à hora do ataque, denunciou a morte de dois dos seus apoiantes e ferimentos em dezenas de outros.

As queixas da oposição foram reforçadas pelas declarações da UE, que referiu terem sido detetadas inúmeras irregularidades, tendo criticado a falta de transparência no processo eleitoral, acusando as autoridades competentes de recusarem fornecer, à missão de observação eleitoral europeia, informação relativa quer ao censo quer aos centros de votação.

Um dos exemplos de irregularidades apresentado dizia respeito à contagem dos votos na província natal de Ali Bongo, Haut-Ogooué, bastião da etnia Téké da família Bongo. Nesta província, Bongo terá obtido 95,46% dos votos, tendo-se registado uma participação de 99,93% dos eleitores inscritos. Este resultado permitiu ao Presidente inverter a tendência da contagem, que até então era favorável a Ping, e vencer o escrutínio com uma diferença de 5.594 votos num universo de 627.805 eleitores inscritos. Este resultado é ainda mais estranho se tivermos em conta que a taxa de participação a nível nacional foi de apenas 59%.

A candidatura de Ping apelou para Tribunal Constitucional do país para que se procedesse a uma recontagem dos votos na província de Haut-Ogooué. No dia 23 de setembro, o Tribunal Constitucional confirmou a reeleição do Presidente Ali Bongo e rejeitou o recurso do rival Jean Ping. De acordo com esta decisão, Ali Bongo conquistou 50,66% dos votos contra 47,24% de Jean Ping.

A 27 de setembro Ali Bongo foi investido Presidente do país em Libreville numa cerimónia que, ao contrário do que tinha sucedido em 2009, aquando da sua primeira eleição, contou com poucos representantes internacionais. A nível africano estiverem representados apenas os Presidentes de São Tomé e Príncipe, do Mali, do Níger e do Togo.





Portugal e São Tomé e Príncipe Assinam Acordo de Cooperação

Portugal e São Tomé e Príncipe assinaram, a 7 de setembro, o Programa Estratégico de Cooperação (PEC) para o período 2016-2020, o qual terá um envelope financeiro indicativo de 57,5 milhões de euros. Este documento engloba as ações de cooperação que Portugal pretende vir a desenvolver com São Tomé e Príncipe nas mais variadas áreas.

As áreas prioritárias do novo PEC são: Educação, Capacitação Institucional, Formação e Cultura; Saúde e Assuntos Sociais; Justiça e Segurança; Energia e Ambiente; e Finanças. A escolha destas áreas resultou, por um lado das prioridades expressas pelas autoridades santomenses, refletidas nos seus documentos estratégicos de desenvolvimento, nomeadamente a Agenda de Transformação no Horizonte 2030 e, por outro, das mais-valias da cooperação portuguesa.

Ao longo dos anos, Portugal tem tido uma atuação, na área da cooperação, muito diversificada em São Tomé e Príncipe, destacando-se as ações levadas no âmbito da educação e saúde, onde as intervenções tem sido executadas através do Instituto Marquês de Valle Flor abrangendo todo o país.

De referir, ainda, a disponibilização, por parte de Portugal, de uma linha de crédito para a exportações de bens e serviços de empresas portuguesas, que visa, essencialmente, apoio a implementação de pequenas e médias empresas portuguesas em São Tomé e Príncipe com vista à criação e emprego.

A elaboração deste documento seguiu um conjunto de orientações, que serão depois alargadas aos programas de cooperação que serão assinados com os outros PALOP e Timor Leste, que visam promover a apropriação das autoridades locais dos projetos a apoiar assim como a sua sustentabilidade futura.

As intervenções serão acompanhadas, ao longo do seu período de existência, por um conjunto de indicadores que permitam monitorizar os seus resultados de modo que contribuam, não só para o cumprimento das prioridades estabelecidas pelo Governo santomense, como também para a prossecução das metas definidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A assinatura deste acordo sucede depois de, em março passado, São Tomé e Príncipe e a União Europeia terem assinado o Governo são-tomense o 11.º Fundo Europeu de Investimento (FED) estimado

em 28 milhões de euros, destinados a financiar infraestruturas nos domínios da água, saneamento e agricultura.

Esta ajuda financeira da União Europeia, que tem uma duração de cinco anos (2015/2020), está repartida em 20 milhões de euros para projetos nas áreas da água e saneamento, 6,75 milhões de euros para projetos no setor agrícola de exportação e 500 mil euros para o reforço da ajuda comunitária.

A UE financiará, ainda, iniciativas para a promoção dos direitos humanos e desenvolvimento da sociedade civil em São Tomé e Príncipe, através de diferentes projetos em áreas como gestão de resíduos, a luta contra a pobreza, a segurança alimentar, a proteção da biosfera e a luta contra a violência doméstica.

Estes apoios são importantes para o país num momento em que a situação política se estabilizou com a eleição de Evaristo de Carvalho para Presidente da República com o apoio do partido do governo, a Aliança Democrática Independente (ADI) de Patrice Trovoada.

O Primeiro-Ministro santomense está apostado em promover uma profunda transformação do país, tendo promovido, em outubro de 2015, a realização da Conferência de Doadores de Londres. Nessa ocasião, o governo santomense apresentou à comunidade internacional a visão que tem para o país, a Agenda para a Transformação, no intuito de mobilizar os recursos financeiros necessários para implementar as reformas que o país necessita.

São Tomé e Príncipe pretende capitalizar a sua posição estratégica no golfo da Guiné e capitalizar a imagem de segurança e de paz que o país vive em claro contraste com alguns dos seus vizinhos.

Um passo essencial para captar a atenção internacional passa, necessariamente, pela construção de novas infraestruturas, como o porto de águas profundas há muito prometido para a zona de Fernão Dias, e a ampliação do aeroporto internacional de São Tomé.

No entanto, apesar de perspetivas positivas para o desenvolvimento do país, a implementação da estratégia do governo deve ter em atenção os alertas do FMI que considera que São Tomé e Príncipe já atingiu os limites em termos de endividamento externo. Esta situação implica, segundo o FMI, um controlo apertado sobre novos empréstimos que venham a ser contraídos, de modo a controlar quer o défice quer o aumento da despesa.

TICAD VI

A sexta conferência do Tokyo International Conference on African Development (TICAD VI) teve lugar a 27 e 28 de agosto em Nairobi, no Quênia. Esta foi a primeira vez que este evento ocorreu fora do Japão. É intenção dos seus organizadores que, no futuro, este evento se realize, alternadamente, no Japão e em África, com vista a garantir um ainda maior envolvimento africano

A missão do TICAD é a de mobilizar apoios para o desenvolvimento socioeconómico africano com vista a promover a paz e a segurança e uma maior inclusão social. Para alcançar estes objetivos, o TICAD tem promovido ações que vão no sentido de apoiar a apropriação africana das intervenções num espírito de crescente cooperação internacional.

O TICAD é organizado pelo governo do Japão; pela Comissão da União Africana; pelo Representante Especial das Nações Unidas para África; pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e pelo Banco Mundial.

O sucesso do TICAD VI é bem visível através do nível das delegações presentes que, para além do Primeiro-Ministro japonês, Shinzo Abe, contou com representantes de 36 países africanos e de outros países observadores, de organismos internacionais e de dezenas de empresas japonesas.

O encontro privilegiou um conjunto de áreas, onde se pretende desenvolver atividades prioritárias entre os países africanos e os seus principais parceiros japoneses, nomeadamente nas seguintes:

Crescimento Económico;
Desenvolvimento de infraestruturas;
Agricultura;
Paz e Segurança;
Inclusão Social.

Para o desenvolvimento destas áreas, o governo japonês comprometeu-se a alocar, para os próximos 3 anos, uma verba na ordem dos 30 mil milhões de USD através de atividades a serem financiadas pelo setor público e privado do Japão.

Para além das áreas anteriormente referidas, o TICAD VI ainda abordou mais três assuntos discutidos no TICAD V em 2013 e que tinham a ver com as prioridades definidas, quer na Agenda Africana 2063,

quer nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e que tinham a ver com:

Promoção da transformação da estrutura económica através da diversificação e da industrialização;
Promoção de sistemas de saúde resilientes com vista a melhorar a qualidade de vida das populações;
Promoção da estabilidade social e a partilha da prosperidade.

No final dos trabalhos, os participantes assinaram a Declaração de Nairobi, onde são referidos os compromissos assumidos pelas partes para os próximos 3 anos, sendo de destacar a importância que o setor privado japonês terá nas atividades a desenvolver.

A Tokyo International Conference of African Development (TICAD) foi criada em 1993 pelo governo japonês com o objetivo de promover o desenvolvimento, a paz e a segurança em África através do reforço das relações de cooperação multilaterais.



Nigéria entra em Recessão

Quando o Presidente Muhamdu Buhari subiu ao poder em 2015, substituindo o desgastado Presidente Goodluck Jonathan, a esperança à volta do seu mandato era enorme. Não só se esperava que conseguisse controlar a ameaça terrorista do Boko Haram e dos movimentos independentistas do delta do Níger, como se esperava, também, que revitalizasse a economia do país, marcada por inúmeros casos de corrupção e de desvio de fundos. Porém, passado um ano e meio, o Governo de Buhari não conseguiu cumprir estes objetivos.

No caso do movimento Boko Haram, os ataques, apesar de alguns sucessos do exército nigeriano, não cessaram. No sul do país, os ataques dos movimentos do Delta do Níger continuam a afetar a produção e petróleo, quer devido aos ataques feitas às infraestruturas petrolíferas, quer devido aos desvios da produção para o mercado negro.

No que diz respeito ao combate à corrupção, as atividades desenvolvidas são coordenadas pela Economical and Financial Crimes Commission (EFCC) diretamente ligada à presidência. Embora tenham sido detidos vários altos dirigentes do país, particularmente ligadas ao anterior Presidente, a verdade é que não foram ainda condenadas, devido, em grande parte, à paralisia que atinge o setor da justiça no país.

Mais grave é, porém, a situação económica do país. Após dois trimestres consecutivos de contração, a Nigéria entrou em recessão. Segundo as estatísticas oficiais do país, o PIB encolheu 2,06 % no segundo trimestre de 2016, depois de uma diminuição de 0,36% ocorrida no primeiro trimestre do ano.

Depois de ter conhecido fortes taxas de crescimento, com mais de 5% entre 2000 e 2010, tendo chegado aos 15% em 2002, as expectativas mais otimistas para este ano apontam para um crescimento de apenas 1,6%.

A Nigéria perdeu, assim, o lugar de maior economia africana, lugar que foi recuperado pela economia sul-africana e também deixou de ser o principal produtor africano de petróleo, após ter sido ultrapassada por Angola.

O agravamento da situação no país fez com que o investimento estrangeiro tenha diminuído, consideravelmente, nos últimos meses, estimando-se que tenha decrescido em cerca de 2 mil milhões de

USD, atingido apenas 647 MUSD, quando em 2015 foi de 2.75 mil MUSD.

A diminuição da produção da produção petrolífera, cujas receitas representam 70% das exportações nigerianas, associada à queda do preço do crude tem tido efeitos devastadores para a economia nigeriana. O volume da produção da Nigéria passou, em pouco tempo, dos 2 milhões de barris de petróleo diárias para pouco mais de 1.5 milhões de barris.

Esta queda acentuada explica-se, por um lado, pelos ataques dos movimentos independentistas do Delta do Níger, zona de maior produção, pela falta de manutenção das infraestruturas e pelos roubos em larga escala da produção.

O desvio da produção petrolífera e dos seus proveitos terá alcançado quantidades e valores muito elevados durante o mandato do Presidente Jonathan. De acordo com o parlamento nigeriano, estão a ser investigados desvios no valor de 17 mil milhões de USD durante os quatro anos do mandato de Jonathan. O Presidente Buhari afirmou que era uma prioridade do seu mandato descobrir quem esteve envolvido neste desvio, mas, tal como as suas outras promessas, teme-se que não tenha nem a capacidade nem os meios para a cumprir.





Plano de Combate ao Crime Transnacional na África Ocidental

Durante a 71ª Assembleia Geral das Nações Unidas foi apresentado, em conjunto pelo Escritório das Nações Unidas sobre as Drogas e o Crime (UNODC) e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), o plano de ação 2016-2020 para o futuro da África Ocidental, cujo objetivo central é o de combater o tráfico e abuso de drogas e o crime organizado.

De acordo com a UNODC, a zona da África Ocidental é uma região estratégica, quer devido à importância do Golfo da Guiné, quer por ser a região de transição para o Norte de África.

Esta parte do continente africano tem enfrentado vários desafios nos últimos anos relacionados com atividades ligadas ao terrorismo, ao crime organizado transnacional, à corrupção e lavagem de dinheiro, assim como do tráfico e uso de drogas. Vários dos países desta região têm sido utilizados como plataforma de cartéis de droga, quer como territórios de recrutamento de elementos para grupos radicais islâmicos.

A existência de sistemas de controlo e de defesa precários por vários dos países da região tem facilitado este tipo de atividades ilegais, as quais, acabam por ter consequências noutras partes do mundo, especialmente na Europa.

Para enfrentar esta ameaça é necessário um esforço conjunto dos países da África Ocidental apoiados pela comunidade internacional ao nível técnico, humano e financeiro. A ameaça do fundamentalismo islâmico tem servido para que vários países do mundo ocidental, nomeadamente os EUA e a França se tenham envolvido em atividades de formação e preparação das forças de defesa destes países.



Eleições Presidenciais em Cabo Verde

Realizaram-se a 2 de outubro eleições presidenciais em Cabo Verde. Na corrida estavam três candidatos: o atual Presidente Jorge Carlos Fonseca que se apresentou como independente, mas com o apoio do partido no poder, o MpD, era claramente considerado o favorito à vitória; Albertino Graça o atual reitor da Universidade do Mindelo que concorreu como independente, mas que tinha apoios no seio do PAICV e Joaquim Jaime Monteiro que já tinha concorrido nas eleições presidenciais de 2011.

As eleições foram ganhas por Jorge Carlos Fonseca com 74% dos votos. Em segundo lugar ficou Albertino Graça, com 22,6% dos votos, e em terceiro Joaquim Monteiro com 3,4% dos votos. Jorge Carlos Fonseca venceu em todos os 10 círculos eleitorais nacionais e nos três no estrangeiro.

O processo decorreu com toda a normalidade, apenas há a destacar a elevada taxa de abstenção que rondou os 64% a nível nacional, embora em vários sítios tenha chegado aos 75%.

Esta taxa de abstenção não é difícil de explicar se tivermos em conta que Jorge Carlos Fonseca partia com um claro favoritismo para estas eleições e o facto de estas serem as terceiras eleições que o país realizou em menos de um ano, o que poderá explicar alguma saturação por parte dos eleitores. O facto de o PAICV não ter apoiado oficialmente nenhum dos candidatos também poderá ajudar a explicar a elevada taxa de abstenção.

As eleições foram acompanhadas por 50 observadores da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), liderados pelo antigo Presidente do Benim, Thomas Boni Yayi, e por 30 observadores da União Africana chefiados pelo antigo Presidente da Guiné-Bissau, Serifo Nhamadjo.

Com este resultado o país encerra um ano de eleições que foram especialmente difíceis para o PAICV. Depois de vários anos no poder, liderado por José Maria das Neves, o PAICV teve que enfrenar este rigoroso ciclo eleitoral sob uma nova liderança de Janira Hopffer Almada e uma renovação dos seus quadros.

Os resultados finais não foram nada favoráveis ao PAICV que viu o seu principal adversário, o MpD, assumir controlo absoluto no país, com uma maioria absoluta no parlamento, a maioria das câmaras municipais e um Presidente, dando a entender que o partido se prepara para um longo período na oposição.



Escalada de Tensão no Sudão do Sul

Apesar dos esforços internacionais para encontrar uma solução para o conflito do Sudão do Sul, a violência entre os principais grupos étnicos do país e os desentendimentos políticos não permitem a pacificação nacional.

O acordo que tinha sido alcançado, em agosto de 2015, entre o Presidente Salva Kiir e o seu antigo Vice-Presidente, Riek Machar, tinha permitido criar um governo de transição que deveria ter pacificado o país. Segundo este acordo, Riek Machar deveria regressar a Juba e reocupar o lugar de Vice-presidente. Porém, o acordo acabou por não ser integralmente cumprido e as desconfianças mútuas levaram ao reacender dos combates, especialmente na capital do país.

Depois de intensos combates, Riek Machar exilou-se no Sudão, acusando o Presidente Salva Kiir de querer criar um estado étnico dos Dinka, grupo étnico do qual faz parte do Chefe de Estado. Este objetivo seria feito através da aniquilação dos Nuer, grupo étnico do qual faz parte Riek Machar.

A troca de acusações entre as duas partes e as manifestações de que estão preparados para recomeçar o conflito em larga escala, fez com que milhares de sul-sudaneses estejam a abandonar o país.

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados estima-se que um milhão de sul-sudaneses fugiram do país e buscaram refúgio nos Estados vizinhos.

Apesar de estar no terreno uma missão de 14 mil capacetes azuis, a verdade é que não têm conseguido travar a escalada do conflito. O Conselho de Segurança das Nações Unidas autorizou o envio de mais 4 mil tropas para o Sudão do Sul, com objetivo de proteger os civis e tentar travar o conflito.

Face à decisão de Riek Machar de abandonar o Governo de Transição, o Presidente Salva Kiir não deu mostras de querer encontrar um solução negociada e, ao mesmo tempo, que se prepara para o conflito, nomeou Taban Deng Gai como novo Vice-Presidente do Sudão do Sul.

Taban Deng Gai chefiou a equipa de Riek Machar que negociou o acordo de paz de agosto de 2015. Mas Machar acusa-o agora de se ter afastado do seu partido, o Movimento de Libertação do Povo do Sudão. Neste momento, a oposição sul-sudanesa está dividida entre os apoiantes de Machar e os seguidores de Deng Gai.

Relatório Mo Ibrahim 2016

Foi apresentado, pela Fundação Mo Ibrahim, em Londres a 3 de outubro, os resultados do Índice Ibrahim de Governança Africana relativos ao ano passado, sendo que a principal conclusão diz respeito ao registo de uma deterioração das condições de segurança nos países africanos.

A Fundação Mo Ibrahim foi criada em 2006 e tem como objetivo central contribuir para uma melhor liderança e governação africanas. O Índice Ibrahim de Governança Africana oferece uma avaliação anual da qualidade da governação nos países africanos e constitui o mais abrangente e atualizado conjunto de dados sobre a governação africana. O Índice de 2016 reúne 95 indicadores de 34 instituições de dados independentes, quer africanos, quer internacionais.

A importância deste Índice decorre, por um lado, do facto de abranger os 54 países africanos, sendo que pela primeira vez inclui dados relativos ao Sudão e ao Sudão do Sul, e, por outro, por congrega informação sobre 95 indicadores o que permite ter uma visão muito detalhada e realista da realidade de cada um dos países nas mais diversas áreas analisadas.

Ao longo da última década, têm-se registado progressos nas áreas do Desenvolvimento Humano e Participação e Direitos Humanos, onde 43 países melhoraram a sua classificação, e Desenvolvimento Económico Sustentável, que registou melhorias em 30 países. No extremo oposto temos retrocessos no campo da Segurança e Estado de Direito, onde 15 países africanos viram a sua situação piorar significativamente.

Em termos globais, a pobreza foi reduzida em 29 países africanos, havendo, no entanto, retrocessos neste indicador em 23 países africanos, o que demonstra que o desenvolvimento do Continente continua a ser muito desigual.

Ao nível da classificação geral, os países mais bem colocados são: as Maurícias, o Botswana; Cabo Verde, as Seychelles; a Namíbia; a África do Sul; a Tunísia; o Gana e o Ruanda. No extremo oposto temos a Eritreia; a Líbia; a República Centro Africana; o Sudão do Sul e a Somália.

O melhor desempenho alcançado foi o da Costa do Marfim que melhorou a sua pontuação, entre 2000 e 2015, em 13 pontos. O pior de-

sempenho foi o da Líbia que piorou a sua classificação em 18 pontos no mesmo período em análise.

Ao nível do PALOP, e para além de Cabo Verde, o segundo melhor classificação foi São Tomé e Príncipe em 11º lugar, depois foi Moçambique em 21º lugar, a Guiné Bissau em 44º lugar e Angola em 45º lugar.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA

Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica

Responsáveis pela edição

J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação

Porta de Comunicação

Tiragem

500 exemplares

Impressão

Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05